

123 BIODIVERSIDADE

SUSTENTO E CULTURAS



**NÃO DEVEMOS ESQUECER NOSSA
RELAÇÃO COM AS SEMENTES**

Os povos das águas, dos campos e das florestas tomam a palavra
Quantas histórias de vida habitam o seu prato?

Biodiversidade, sustento e culturas é uma publicação trimestral da **Alianza Biodiversidad** orientada a informar e debater sobre a diversidade biológica e cultural para o sustento das comunidades e culturas locais. O uso e a conservação da biodiversidade, o impacto das novas biotecnologias, patentes e políticas públicas são parte da nossa cobertura. Inclui experiências e propostas na América Latina, e busca ser um vínculo entre aqueles que trabalham pela gestão popular da biodiversidade, da diversidade cultural e do autogoverno, especialmente das comunidades locais: mulheres e homens indígenas e afro-americanos, camponeses, pescadores e pequenos produtores.

Organizações coeditoras

Acción Ecológica
notransgenicos@accionecologica.org
Anafae
octavio.sanchez@yahoo.com
Base-Is
mpalau@baseis.org.py
Campaña de la Semilla
de La Vía Campesina – Anamuri
internacional@anamuri.cl
Centro Ecológico
serra@centroecologico.org.br
CLOC-Vía Campesina
secretaria.cloc.vc@gmail.com
Colectivo por la Autonomía
erobles_gonzalez@hotmail.com
GRAIN
grain@grain.org
Grupo ETC
grupoetc@etcgroup.org
Grupo Semillas
semillas@semillas.org.co
Red de Coordinación en Biodiversidad
rcbcostarica@gmail.com
REDES-AT Uruguay
biodiv@redes.org.uy

Comitê Editorial

Maria José Guazzelli, Brasil
Leonardo Melgarejo, Brasil
Fabián Pachón, Colômbia
Germán Vélez, Colômbia
Sílvia Rodríguez Cervantes, Costa Rica
Henry Picado, Costa Rica
Camila Montecinos, Chile
Francisca Rodríguez, Chile
Elizabeth Bravo, Equador
Xavier León, Equador
Ma. Fernanda Vallejo, Equador
Octavio Sánchez, Honduras
Evangelina Robles, México
José Godoy, México
Sílvia Ribeiro, México
Verónica Villa, México
Marielle Palau, Paraguai
Martín Drago, Uruguai
Mariano Beltrán, Uruguai

Administração

Fundación ProDefensa
de la Naturaleza y sus Derechos

Edição

Ramón Vera-Herrera
constelacion50@gmail.com

Desenho e formatação

Beatriz Godoy
bea.go.be@gmail.com

Editorial:

A plena soberania alimentar	1
<hr/>	
Posicionamento da Via Campesina sobre a Conferência das Partes (COP 16) da Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica (CDB)	2
Declaração da Rede em Defesa do Milho em Guelatao, Oaxaca, México <i>Participantes da assembleia</i>	5
Não devemos esquecer nossa relação com as sementes <i>Camila Montecinos</i>	8
Povos das águas, dos campos e das florestas <i>Entrevista com Josana Pinto: Esti Redondo</i>	13
Segurança e soberania alimentar Direito a ser reclamado ou construção a ser realizada? <i>Leonardo Melgarejo</i>	18
Mapeando cultivos Cinco anos levando aos olhos as histórias e saberes da FAE – Feira de Agricultores Ecologistas de Porto Alegre <i>Dani Eizirik</i>	21

As fotos desta edição vêm de distintos lugares e são de diversas pessoas. Grande parte é uma série de um fotógrafo Mario Olarte, que percorreu parte do continente retratando a microscopia das relações em diferentes paragens do México, América Central, Colômbia, Equador e Chile. Suas fotos revelam o que é importante, mesmo que sejam apenas partes de cenas significativas. Também vêm da Rede em Defesa do Milho em Guelatao, Oaxaca, México, da costa de Manabí no Equador, das *milpas* ou *maiceras* em Tunja, Colômbia, de Corralchén em Chiapas, de Cartago na Costa Rica, como o retrato que Víctor Josué Garita Rivera faz do trabalho nessa *milpa*, das mobilizações da assembleia dos povos das águas, no Brasil, de Atzacaloaya, em Guerrero, ou em Nochixtlán em Oaxaca, ambas no México, e tudo isso é complementado com desenhos do próprio Dani Eizirik, que escreveu sobre o mapeamento de cultivos e um enorme coletivo de pessoas que, ao desenhar, fazem memória e transformam o que veem.

As fotos dos povos das águas, dos campos e das florestas são de Felipe Abreu. A imagem do peixe na página 14 pertence ao restaurante Oaxacalifornia e a usamos com sua permissão.

A capa nos mostra uma vendedora de frutas em Juchitán de Zaragoza, onde a vida é intensa e apaixonada, cheia de conflitos com os padrões locais, com as turbinas eólicas, com a monopolização dos manguezais e com as correntes de água doce da costa oaxaquenha.

Agradecemos sempre a Carlos Vicente pelo plantio que continua florescendo.

Agradecemos o apoio de HEKS e Thousand Currents.

A tradução para português foi realizada pelo Centro Ecológico.



Juchitán de Zaragoza, Oaxaca, México. Foto: Mario Olarte

A foto nos mostra as mãos cheias de frutas. Frutas que são sementes que se tornarão novos frutos. E isso nos coloca frente a frente com sementes e frutos que são sementes. E são frutas camponesas, não do agronegócio. Como Camila Montecinos bem diz em sua apresentação na Universidad Andina Simón Bolívar em Quito, “absolutamente todos os cultivos do mundo, sem qualquer exceção, são obra camponesa e indígena, que começou com a domesticação” – aquele processo de sermos amigos dos cultivos para torná-los nossos e nos tornarmos deles.

Biodiversidade, sustento e culturas continua então a conversa sobre o que significa uma soberania alimentar. Tal soberania implica batalhas simultâneas. Produzir sua própria comida não é suficiente. Precisamos determinar em que condições produzimos esses alimentos, começando pelas sementes, ou como essa soberania também implica a autogestão milenar de coletar, ou pescar e caçar.

Insistiremos em distinguir entre segurança e soberania alimentar, com a pergunta de Leonardo Melgarejo: são um direito a ser conquistado ou uma construção a ser realizada?

Os Povos das Águas, dos Campos e das Florestas que tomam a palavra nesta revista reivindicam desde já a integralidade necessária para exercer soluções criativas e assim resolver o que mais lhes importa. A busca de uma plenitude na própria pessoa plural, coletiva, comunitária.

A soberania alimentar é, então, um retorno àquilo que sim nos responde e tem nos respondido desde a profundidade dos tempos: relações de proximidade que nos permitem ser comunidades sem pedir permissão a ninguém para serem autônomas.

Precisamos da força da história própria para transformar a nossa condição e, ao resgatar essa história, “não devemos esquecer a nossa relação com as sementes”, como já disse Camila Montecinos.

A guerra contra a subsistência travada por padrões locais, corporações, governos e organismos multilaterais está monopolizando territórios inteiros que mais tarde serão usados para fins imobiliários, de mineração ou do agronegócio. A devastação não os perturba porque eles não consideram a terra como sua. Só entende a terra como sua, ou como sermos nós parte dela, quem semeou ou semeia, quem cuida dos fios desse tecido de momentos, de memórias que vão criando o nosso cuidado mútuo com os cultivos e os lugares.

Por isso, são fundamentais as feiras, os encontros, as trocas de saberes e histórias, como dizem em Porto Alegre... que histórias de vida habitam o seu prato?

Nossa revista se soma às reivindicações dos povos por uma reforma agrária integral para que as transformações que a autonomia representa sejam realmente integrais, sem restrições ou regulamentações que restrinjam ou limitem o que o povo sabe desde sempre cuidar. Resolver nossa alimentação sem depender ou obedecer a ninguém é uma conquista enorme. Essa conquista é a autonomia, cujo primeiro passo é a soberania alimentar.

Posicionamento da Via Campesina

sobre a Conferência das Partes (COP 16) da Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica (CDB)

2

Bagnolet, 14 de outubro de 2024. A Via Campesina (VC), um movimento internacional de 200 milhões de pessoas de 180 organizações em 81 países, tem como principal visão política defender os direitos das pessoas camponesas, trabalhadoras rurais, povos indígenas, comunidades ancestrais, mulheres e jovens. Lutamos pela *soberania alimentar*, pela agricultura camponesa agroecológica para ter uma alimentação saudável, e também nos opomos à agricultura industrial e sintética, ao agronegócio e ao sistema financeiro corporativo que monopoliza os alimentos transformando tudo em mercadoria.

No contexto da crise climática, é importante reconhecer o papel fundamental das comunidades camponesas, indígenas, tradicionais e ancestrais na conservação da biodiversidade e na proteção dos bens comuns. Sempre mantivemos uma postura crítica em relação à falta de justiça social e climática, defendendo a necessidade de uma reforma agrária integral e popular, bem como a inclusão das cosmovisões camponesas, indígenas e tradicionais nas decisões políticas.

A biodiversidade, entendida como a variedade da vida no planeta, enfrenta uma crise sem precedentes conhecida como a sexta extinção em massa. Esse fenômeno é causado pela destruição e fragmentação de habitats, pela contaminação e pela superexploração de nossos bens comuns no planeta Terra e seus oceanos. A intensificação do efeito estufa devido à poluição industrial, ao agronegócio, à queima de combustíveis fósseis e ao desmatamento, estão no centro da crise climática global. Esse fenômeno desencadeou eventos climáticos extremos e a acidificação dos oceanos, colocando em risco não apenas o meio ambiente e espécies importantes que dependem de ecossistemas equilibrados, mas também comunidades rurais e costeiras tradicionais.

Os modelos extrativistas e o sistema agroalimentar industrial são os principais responsáveis pela perda de biodiversidade e pela crise climática. Eles geram graves problemas, como a desertificação, a poluição maciça por plásticos, a mineração e a exploração de petróleo offshore. As monoculturas e a pulverização aérea de agrotóxi-

cos e os danos resultantes aos polinizadores, juntamente com a monopolização de terras e água para projetos extrativistas, esvaziam o campo de pessoas e geram um crescimento desordenado e miserável das cidades. Esses sistemas, centrados em interesses corporativos, não só degradam o meio ambiente, mas também afetam a cultura e a existência de comunidades indígenas e camponesas, tradicionais, que estão na linha de frente da defesa dos bens comuns.

Enfrentamos sérias ameaças relacionadas à grilagem de terras e oceanos, especialmente no contexto de ini-



ciativas como a “30 por 30”, que busca alocar 30% da área de cada país para conservação até 2030. Essas políticas têm sido exploradas por interesses corporativos para aprofundar a desapropriação em nome da “ciência e do clima”. A criação de “compensações” ou “créditos de biodiversidade” como “soluções” são mecanismos promovidos por bilionários e corporações financeiras transnacionais para esquivar-se de regulamentações, sem abordar as causas subjacentes da perda de biodiversidade, isentando-se de responsabilidades e pagando para que outros restaurem o planeta que eles destroem. Em vez desses esquemas, propomos abordar as causas da crise mediante regulamentações eficazes, como aquelas promovidas pelos defensores dos bens comuns em seus territórios.

Preocupa-nos a perda da biodiversidade marinho-costeira. Os megaprojetos de geoengenharia, como monocultivos de algas geneticamente modificadas, fertilização oceânica, afundamento de biomassa e branqueamento de nuvens marinhas, que buscam capturar carbono sem ainda terem identificado seus reais impactos ou sua eficácia, representam uma ameaça de impactos negativos inimagináveis nos ecossistemas marinhos. É por isso que



Debulhando milho de milpa urbana. Foto: Colectivo por la Autonomía

a Via Campesina **EXIGE** que esses projetos sejam interrompidos e que, aplicando o princípio de precaução, os ecossistemas marinhos sejam protegidos e seja evitado o deslocamento de comunidades tradicionais que vivem e cuidam deles.

Por estas razões, **QUESTIONAMOS** a abordagem da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), que tende a ignorar o papel do campesinato ou pescadores na gestão sustentável dos bens comuns naturais, adotando uma perspectiva utilitarista, economicista e antropocêntrica, que não aborda de forma abrangente a perda de biodiversidade no contexto da crise climática e a perda de direitos culturais, ancestrais e naturais dos territórios.

Também **NOS OPOMOS** firmemente à modificação dos organismos vivos por meio do desenvolvimento de tecnologias de engenharia genética e biologia sintética, bem como à instrumentalização de informações de sequência genética digital (DSI, na sigla em inglês) para patentear a natureza e controlar a agricultura e a soberania alimentar. Isso implica numa privatização onde as corporações buscam obter lucros suculentos, com manipulações que podem causar distorções graves e imprevisíveis sobre os genomas naturais, trazendo consequências desconhecidas que prejudicam a produção tradicional e camponesa de alimentos, e destroem a biodiversidade.

Os países mais industrializados são os principais responsáveis pelas emissões de gases de efeito estufa, a principal causa do aquecimento global. Corporações transnacionais do Norte Global, particularmente dos Estados Unidos e da União Europeia, são responsáveis por pelo menos 50% das emissões globais. Infelizmente, são os países mais pobres os mais severamente afetados pela perda de biodiversidade e pelas consequências associadas à crise climática, como as migrações climáticas devido à perda de habitat, regiões costeiras, florestas, ecossistemas marinhos importantes e comunidades camponesas.

Alertamos sobre **FALSAS SOLUÇÕES** e o “*greenwashing*” (lavagem verde), termo que tem sido usado para descrever como governos, políticos e corporações promovem processos que simulam um “compromisso genuíno” com o meio ambiente ou a sustentabilidade, mas que, na realidade, são medidas superficiais, insuficientes ou diretamente contraproducentes. Isso leva à perda de confiança pública em iniciativas genuínas de restauração e reparação do clima, bem como dificulta a implementação de políticas eficazes para a questão ambiental e climática.

A VIA CAMPESINA REJEITA VEEMENTEMENTE essas falsas soluções “*baseadas na natureza*”, promovidas por interesses corporativos. Defende a participação dos povos indígenas, das organizações de pequenos produtores de alimentos e do campesinato na implementação do Marco Global de Biodiversidade, com base no princípio

da precaução, na proteção dos conhecimentos ancestrais, na proteção das sementes, essenciais para a Soberania Alimentar e para a Agroecologia Camponesa e popular como pilares para a preservação da biodiversidade.

EXIGIMOS que as comunidades indígenas, camponesas e tradicionais sejam ativamente envolvidas na tomada de decisões sobre políticas de biodiversidade. Essas comunidades, os indivíduos e suas organizações têm profundos conhecimentos sobre a gestão ética dos bens comuns e têm um papel crucial a desempenhar diante da crise climática, como a preservação e a proteção das sementes.

É urgente um caminho de **JUSTIÇA E RESTAURAÇÃO CLIMÁTICA**, que aborde as desigualdades estruturais e puna os responsáveis corporativos. A justiça climática se concentra na justiça social, na equidade e nos direitos humanos, bem como na reparação e compensação às

comunidades afetadas pelos danos climáticos e pela perda de biodiversidade. Também advoga pela defesa das pessoas defensoras da natureza, através de políticas públicas e da criação de fundos de apoio e implementação de uma transição justa para a produção agroecológica e economias de baixo carbono. Modelos que priorizem a economia camponesa, social e solidária, como uma resposta eficaz às populações afetadas, especialmente mulheres, jovens e crianças nos territórios camponeses, rurais, ancestrais e costeiros.

DEFENDEMOS o campesinato como sujeito de direitos políticos no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica. As comunidades camponesas, indígenas e ancestrais devem ser respeitadas como sujeitos de direitos, garantindo-lhes acesso e controle sobre seus recursos, a participação ativa nas decisões que afetam suas vidas e territórios, reconhecendo seu papel fundamental na proteção dos bens comuns e seu direito de viver com dignidade.

Essas comunidades, organizações e lideranças, por meio das práticas tradicionais e ecológicas, contribuimos significativamente para a saúde dos ecossistemas e para a Soberania Alimentar global. Por esta razão, **EXIGIMOS na COP 16** o reconhecimento da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses e Outras Pessoas que Trabalham em Áreas Rurais (UNDROP) como parâmetro para a interpretação e aplicação da Convenção sobre Diversidade Biológica.

Por fim, a **VIA CAMPESINA EXIGE** a criação de um Órgão Subsidiário que, de forma permanente e com os povos indígenas, campesinato e afrodescendentes, trabalhe pelo respeito, preservação e manutenção dos conhecimentos, inovações e práticas dessas comunidades para a conservação e uso sustentável da diversidade biológica, na implementação do Artigo 8.j. da Convenção sobre Diversidade Biológica. 🌱

***Nós, o campesinato,
somos guardiões da
Biodiversidade
e garantidores
da Soberania Alimentar!***



DECLARAÇÃO

da Rede em Defesa do Milho

em Guelatao, Oaxaca



Abertura da assembleia da Rede em Guelatao, Oaxaca. Foto: Rede em Defesa do Milho

Reunidas em Guelatao, Oaxaca, as comunidades, organizações e pessoas que nos preocupamos com a defesa da *milpa* (território do milho), na sede da União de Organizações da Serra Juárez de Oaxaca (Unosjo), nos dias 12, 13 e 14 de novembro de 2024, reconhecemos, valorizamos e reivindicamos nossas raízes indígenas, afrodescendentes, mestiças, nossa agricultura camponesa milenar e sua expressão atual na agroecologia.

Sabemos que nas nossas heranças, na nossa história, há algo muito poderoso, por isso vamos entendendo que a nossa articulação como Rede, de mais de vinte anos, é cada

vez mais pertinente frente a um mundo onde a violência quer se impor como regra e método. Neste caminho, reconhecemos tudo o que nos iluminou a palavra das e dos zapatistas, suas comunidades e seus projetos de autonomia.

Na Rede há a palavra comum, mas sobretudo o reconhecimento do nosso ser com a *milpa*, com as sementes, em comunalidade, com os nossos âmbitos de vida que são os nossos territórios. Por isso exigimos respeito por esses territórios.

Rejeitamos a mineração, as usinas hidrelétricas, a construção de megaprojetos, as monoculturas e estufas

do agronegócio repletas de agrotóxicos.

Rejeitamos a monopolização de nossas fontes de água, a queima de nossas florestas e sua conversão em monocultivos de agave, abacate ou pinus, mas também os programas de crédito de carbono, os serviços ambientais e todos os tipos de “conservação”. Rejeitamos a promoção da digitalização de cada vez mais áreas da vida, particularmente da agricultura, e as supostas energias limpas, como grandes parques eólicos e fotovoltaicos, bem como a energia nuclear, que carregam consigo uma enormidade de áreas invisibilizadas de colapso ambiental.

A solução para os problemas ambientais, energéticos, climáticos, alimentares e de saúde virá de nossos povos, não do modelo de tecnologias pseudo-inovadoras, mas altamente prejudiciais.

Insistimos em nossa livre autoridade de guardar, trocar e reproduzir nossas sementes e na liberdade de exercer nossa agricultura de vida conforme acharmos adequado. Porque cabe a nós decidir nossas vidas e nosso sustento, sem que ninguém nos impeça com normas e regulamentações.

Somos comunidades, organizações e pessoas, pesquisadoras e pesquisadores também, que defendemos o milho.

Mas essa defesa exige respeito à nossa livre determinação e autonomia. Sem essa autonomia, qualquer programa de “fomento e proteção” do milho será apenas mais uma tentativa de converter em assistencialismo ou consulta oficial o que diz respeito somente a nós mesmos. Por isso que rejeitamos qualquer programa de suposto “desenvolvimento” que não seja sonhado, desenhado, gerenciado e administrado pelas comunidades.



“Semeamos todos os dias porque comemos todos os dias”

Orlando Rodriguez,
Anafae, Honduras

Até agora, os projetos idealizados e promovidos pelo Estado são impostos para promover os interesses das empresas.

As políticas públicas que nos são impostas acabam sendo contrárias ao que as comunidades exigem.

Insistimos que não é o Estado que tem que executar os projetos dos povos. Exigimos que o Estado libere os fundos e recursos necessários para que, à nossa maneira, possamos fazer andar nossos projetos sem a mediação de seus funcionários, seus operadores, seus administradores e seus extensionistas.

Continuaremos rejeitando os organismos geneticamente modificados (sejam transgênicos, produtos de edição genética com seus impulsores ou outras formas de biotecnologia em qualquer parte do território nacional). Continuamos a rejeitar qualquer plantio experimental, piloto ou comercial de tais organismos geneticamente modificados e sua distribuição, armazenamento ou comercialização.

A soberania e a autonomia alimentar baseiam-se no respeito à nossa autoridade coletiva, anterior ao sistema jurídico, de livremente ter, guardar, trocar e plantar sementes nativas. Elas não devem estar sujeitas a qualquer mecanismo de controle estadual, federal ou corporativo (seja registro, certificação, inventário, banco de sementes, catálogo de variedades, patentes, denominações de origem ou direitos do obtentor, sejam individuais ou coletivos, medidas fitossanitárias impostas pelos acordos de livre comércio e leis procedentes da autodenominada União para a Proteção de Novas Variedades de Plantas, UPOV) que busquem regular quem semeia, cultiva, colhe e compartilha sementes e cultivares. A propósito, rejeitamos qualquer esquema de propriedade intelectual coletiva, apesar do que foi declarado pela presidente Claudia Sheinbaum. Nossos saberes são defendidos exercendo-os em comunidade.

Rejeitamos os Acordos de Livre Comércio por serem instrumentos de desvio de poder, uma submissão da soberania nacional aos interesses das corporações transnacionais. Os ALCs são mecanismos de pressão para a adoção da UPOV e suas leis que impedem a troca e o livre uso de sementes.

Continuaremos nos recusando a receber sementes estrangeiras que nos são vendidas como “assistência” e que são a imposição de seus pacotes e metodologias contrárias ao que os povos exigem. Continuaremos nossa vigilância para manter nossas sementes livres de transgênicos.

Nos recusamos a receber tecnologias sobre as quais não tenhamos uma informação confiável e sustentada na comparação de organizações ou comunidades irmãs com nossos próprios canais de confiança.

Precisamos cuidar da saúde do nosso solo e incentivar o respeito por ele. Exigimos a proteção de territórios livres de agrotóxicos. Protegeremos nossos territórios promovendo uma transição para a proibição dos agrotóxicos e de qualquer outro veneno que ameace a vida de nossas crianças, nossa floresta e nossas fontes de água.

Reivindicamos nossa comunalidade (e sua responsabilidade). Celebramos o próprio, nosso caminho natural de relacionamento com a terra que pisamos. Cultivamos esse solo e a esperança.

Temos muita força caminhada e com ela enfrentamos a tudo o que significam essas imposições. Entendemos que as leis com as quais querem nos subjugar são instrumentos de guerra contra os povos.



A reciprocidade, a mutualidade e a cooperação são a nossa força. Não estamos sozinhos, sozinhas.

Entendemos as consultas realizadas pelo Estado como mais uma forma de nos privar da livre determinação e da autonomia. Diz-se que somos “sujeitos de direito” – mas do direito imposto por aquele Estado que nega o nosso caminho e a nossa linguagem natural.

Por isso, é urgente narrarmos e entendermos nossas próprias histórias, abrir espaços de conversação para pensar e decidir em conjunto, as comunidades, organizações e pessoas que estamos envolvidas na defesa da vida. Temos que melhorar nossas práticas, recuperar nossos saberes ancestrais e promover novos conhecimentos, afinados e em ressonância com nossas condições e circunstâncias.

Reivindicamos nossas formas próprias de organização, a importância de nossas assembleias e nossas autoridades autônomas. Valorizamos nossa memória e nossa história, os saberes de nossos âmbitos comunitários. Que a partir de nossos projetos de formação realizemos pesquisas e diagnósticos participativos, pertinentes, que nos ajudem a compreender plenamente os nossos territórios e a defender todos os seus rincões e suas relações. Precisamos de meios de comunicação e vinculação próprios. Aproveitar as redes sociais, mas promover as rádios comunitárias e a divulgação das nossas lutas, conquistas e propostas.

Que nossos alimentos sejam naturais e saudáveis. Rejeitemos os alimentos ultraprocessados. Não deixemos que se percam cultivos vitais verdadeiramente nutritivos. Reconstituamos o vínculo entre a custódia

das sementes e a parteria, para dar plenitude às pessoas guardiãs da vida que vem.

Vamos promover nossas formas de trabalhar em mutirão (sejam *guelaguetza, gozona, minga, pasamanos, tequio, faena, manovuelta*).

A reciprocidade, a mutualidade e a cooperação são a nossa força. Não estamos sozinhos, sozinhas. Somos uma multitude de comunidades, organizações e pessoas que nos reconhecemos umas às outras.

Precisamos conseguir uma salvaguarda jurídica internacional, mas também salvaguardas nacionais, para impedir a privatização de variedades das sementes nativas, inclusive blindando nossas regiões para que não possam ser usadas para produzir nenhuma semente comercial ou industrial.

Estejamos atentos aos cuidados cotidianos, aparentemente pequenos (exercidos igualmente por mulheres e homens, meninas, meninos, jovens e idosos), conscientes de atender às tarefas que nos permitem reconhecer a nós mesmos, nos aliviar, nos reparar, descansar, curar, nos manter e suprir nossas necessidades mais profundas.

Precisamos nos abrir para o mundo (como com a Alianza pela Biodiversidad, o Coletivo Latino-Americano de Sementes, a Via Campesina e a CLOC) e tecer alianças estratégicas em nível nacional e internacional, porque a violência é cada vez mais insidiosa e cotidiana. Repudiamos a crescente violência em todo o país, particularmente em Chiapas, contra comunidades que buscam viver em paz defendendo a vida.

Sabemos que em todo lugar onde há violência, desapropriação ou abuso há muitas resistências a tal violência.



Assembleia da Rede em Defesa do Milho.
Fala Joel Aquino, de Yalálag.
Foto: Rede em Defesa do Milho

Às vezes, as resistências são visíveis e fáceis de identificar, são organizadas e têm efeitos contundentes. As resistências às vezes são quase invisíveis, e muitas vezes passam despercebidas até mesmo pelas pessoas que as realizam. Tornar a vida possível não surge do nada, são ações tramadas em um tecido de saberes, habilidades, compromissos, sonhos, esperanças e desejos: vivas em territórios concretos. Elas são possíveis graças às relações que nos sustentam e aos territórios que nos nutrem. Elas são possíveis por causa das histórias de onde viemos e por causa dos imaginários que nos convocam.

Temos que reconhecer o que fazemos para resistir e propor outro futuro, e nomeá-lo, narrá-lo com grande integridade. Aquilo que está ao nosso alcance e nossas forças é o nosso caminho mais certo. ✨

**Rede em Defesa do Milho,
14 de novembro de 2024**

Não devemos esquecer nossa relação com as sementes

CAMILA MONTECINOS

8

O mundo inteiro está testemunhando uma dura luta para defender, conservar e proteger as sementes camponesas e indígenas contra tentativas de empresas e governos de forçar os povos do campo a abandoná-las. Nessa luta, fomos inundados com propaganda e falsidades, tentando nos convencer de que devemos nos render. Hoje é mais importante do que nunca não desistir e continuar defendendo as sementes camponesas contra todas as adversidades. Para isso, há vários elementos que jamais devemos esquecer.

O primeiro elemento é que com as sementes se vão nossas vidas, porque quem não controla a semente não controla a produção, não controla a alimentação, não controla os processos territoriais, não controla absolutamente nada.

E os povos do mundo sabem disso ao longo da história, sabem muito bem e é por isso que defendem as sementes com tanta veemência. Nessa luta, é necessário recordar de certas coisas e jamais cedê-las frente à propaganda institucional que nos diz exatamente o oposto.

Também nunca devemos esquecer que absolutamente todos os cultivos do mundo, sem nenhuma exceção, são obra camponesa e indígena, que começou com a domesticação e depois com o melhoramento. Esse é o segundo elemento. E esse trabalho de ir criando os cultivos foi imenso. Foi converter plantas tóxicas ou venenosas em plantas que hoje são a base da nossa dieta. Um dos casos mais notáveis é o da batata. A batata silvestre era uma planta tóxica e até venenosa, que podia te matar. E hoje é a base da alimentação, não só desta região, mas do mundo inteiro.



Transformar uma planta venenosa ou uma planta extremamente frágil em uma planta forte, nutritiva, fundamental para a vida de muitos povos é algo imenso, é um trabalho genético que nenhum cientista ou grupo científico de genética da atualidade, nem os melhores pesquisadores genéticos do mundo atual, poderiam fazer. Esta é uma obra camponesa e indígena, e jamais devemos esquecer isso. Nunca devemos aceitar que nos digam que aqueles que sabem de cultivos e de sementes e de genética são os cientistas, e que os demais são um bando de ignorantes, porque a história mostra algo bem oposto.

O terceiro elemento que não podemos esquecer é que esse trabalho foi possível porque foi um trabalho coletivo. E não foi um trabalho coletivo de poucos, de três, de quatro, de uma família, de cinco famílias. Foi um trabalho coletivo de comunidades inteiras, de povos inteiros e de coletivos de povos, onde havia milhões de pessoas fazendo esse trabalho de melhoramento das plantas, milhões. E é um trabalho que, além de ser coletivo, foi sendo feito ao longo de toda a história. O milho, 11 mil anos. Dependendo a quem perguntamos, a agricultura surgiu entre 20 mil e 8 mil anos atrás, mas são milhares de anos. Durante todos esses milhares de anos, se foi fazendo o trabalho de melhorar aquelas plantas que inicialmente eram pequenas, como eu disse, frágeis, tóxicas, venenosas, etc., e não podemos esquecer que este também é um trabalho atual.

O quarto elemento é que é uma tarefa atual, que continua, que não parou. Hoje, embora não seja chamado por esse nome e não seja reconhecido como tal, no cam-

po se continua o trabalho de melhoramento dos cultivos e de fortalecimento dos cultivos. E quem faz isso hoje, infelizmente, não são mais aqueles coletivos que envolvem comunidades inteiras, mas sim pessoas que mantiveram essa capacidade, esse conhecimento e essa tecnologia ao longo das gerações. Mas que ninguém diga que uma semente tradicional é hoje a mesma que era há 50 anos, 100 anos, 200 anos. As sementes camponesas seguem evoluindo, e não por acaso, mas porque as comunidades camponesas e indígenas trabalham nelas, e esse trabalho é invisível, não é reconhecido, mas temos que garantir que seja reconhecido. O que não podemos aceitar como arcabouço teórico, por assim dizer, é que nos digam que as sementes estão de alguma forma estáticas, que elas não evoluem permanentemente, porque isso tem uma série de consequências sobre como devemos defendê-las.

O quinto elemento que não podemos esquecer é que as sementes ajudaram a formar os povos, e os povos foram quem formaram as sementes. E essa mútua formação é inseparável. As sementes não vão existir se não houver povos, as sementes não vão continuar a evoluir. Se não houver sementes, os povos terão problemas em sua transformação. Há exemplos muito claros: aqui na região andina há uma imensa riqueza de tradições em torno da batata, que é muito diferente das tradições em torno do milho na Mesoamérica. Ou ainda mais, é verdade que o milho foi domesticado e desenvolvido na Mesoamérica, mas quando você chega a esta região, há milhos andinos que você olha e reconhece. Este é o milho andino e este é o milho mesoamericano. Podem ser



reconhecidos inclusive pela forma, digamos, pela aparência, e são tradições diferentes. E por ter essas tradições distintas, cada povo selecionou de uma maneira diferente. Os povos foram moldando seus cultivos, e esses cultivos permitiram certas tradições, modos de comer, de compartilhar, certos modos de cultivar, de manejar o território. E quando se separa os povos de suas sementes, morrem tanto os povos quanto as sementes.

Então, voltamos ao começo: se perdermos as sementes, desaparece a vida que queremos ter. Não vamos morrer, mas deixaremos de fazer parte dos povos que queremos ser.

Esses são cinco elementos que constituem o contexto que sempre temos que ter em mãos quando discutimos sobre sementes e dizer não, isso não pode ser perdido.

Quando nos dizem que as sementes não servem para nada, ou quando nos dizem que temos que ir aos institutos de pesquisa agrícola para buscar sementes, temos que lembrar que quando eles produzem sementes, o que fazem é uma mudança superficial das sementes que já estavam no campo, produto do trabalho camponês. Eles não fazem nada comparável ao tremendo trabalho de seleção, melhoramento e transformação que os povos fizeram ao longo da história.

O que está acontecendo hoje? Há uma perda de diversidade, há uma perda de qualidade, há uma perda de acesso. Há muita gente que perdeu suas sementes e têm sérios problemas se quiser recuperá-las. E isso é parte inerente de um processo, uma tentativa, de destruição dos povos.

O que estamos sofrendo atualmente são tentativas de privatização das sementes. Isto é o que é tradicional, histórica e eufemisticamente se chama de modernização. Toda a modernização no mundo é, na verdade, o avanço do capital sobre o mundo. E a modernização do campo não é exceção. A modernização do campo é o avanço do capital sobre o campo, e o capital sempre avança com o afã de transformar em negócio o que antes era um bem comum ou um trabalho coletivo ou um processo social. E o negócio e o lucro não são para todos, mas para o capital e, cada vez mais, para o grande capital.

Não é por acaso que os processos de modernização agrícola, que começaram com força aqui na América Latina nas décadas de 1950 e 1960, ou por aí, tiveram como um dos seus pilares a eliminação das sementes camponesas. É por isso que os institutos de pesquisa agrícola foram criados. Todos eles começaram na década de 1960 com o objetivo principal de produzir sementes “científicas” ou “modernas”. Na realidade,

As sementes ajudaram a formar os povos, e os povos foram quem formaram as sementes.

o objetivo, embora muita gente não percebesse, era substituir as sementes camponesas (aquelas que evoluem, que têm a ver com a vida no seu entorno) pelas sementes modernas, de laboratório – como quisermos chamá-las. Inclusive muitos dos cientistas que trabalhavam naquela época estavam muito convencidos de que estavam fazendo o bem, mas o objetivo estratégico imposto pelo capital era essa substituição por meio de uma série de mecanismos. Não se tratava apenas das sementes, mas também que a fertilidade do solo não dependesse do trabalho agrícola, mas que dependesse também dos laboratórios, e que a saúde das plantas, que dependesse dos produtos químicos, etc.

Esse avanço do capital sobre a agricultura foi, primeiramente, pelo que poderíamos chamar de bons modos. Nunca foi numa boa, mas vamos lá, quais foram as “de boa”? A propaganda: produza muito, especialize-se, não seja atrasado, produza mais, ganhe mais dinheiro, toda a propaganda possível. E a verdade é que não funcionou. Há estudos históricos que mostram que nos primeiros dez ou quinze anos da introdução das sementes modernas, sua adoção foi absolutamente marginal. E não só aqui na América Latina, mas foi o mesmo processo na Europa, nos Estados Unidos.

Como não funcionou com os bons modos, eles começaram a apertar a porca. A primeira volta da porca foi a outra coisa que os institutos de pesquisa agrícola fazem: a “assistência técnica” ou “extensão técnica”. E isso era para dizer às pessoas: olhem, as coisas estão realmente indo mal para vocês (ninguém disse que as coisas estavam realmente indo mal porque eles estavam recebendo preços baixos, porque havia poder de compra abusivo, porque havia pouca terra). Vocês estão indo mal, eles disseram, porque não sabem como cultivar,

então vamos dar a vocês assistência técnica para que possam cultivar bem. Mas se você quer cultivar bem, você vai cultivar como dizemos. E dizemos que você tem que usar sementes de laboratório. E como isso não havia funcionado “de boa”, começaram a apertar as coisas e a impor condições.

Se você quiser um empréstimo (o que as pessoas geralmente precisavam), você tem que usar essa semente e tem que usá-la com fertilizantes, com agrotóxicos e com todas as coisas. Ou seja, se foi apertando a porca, a ajuda financeira, que poderia ter sido dada sem condicionantes, começou a ser condicionada, para impor essa semente.

E esse processo, novamente, não ocorreu apenas na América Latina, ocorreu o mesmo em todo o mundo. Isso funcionou pela metade. E funcionou, veja bem, especialmente com os homens. Funcionou muito pouco com as mulheres. Uma razão é que a assistência técnica não chegava até as mulheres, mas outra é porque a história mostrou que as mulheres têm um apego cultural à sua terra e, como são elas que têm que cuidar do sustento imediato da família, da alimentação, elas se mantêm muito mais apegadas aos seus próprios meios.

Então, essa coisa da assistência técnica não funcionou ou funcionou pela metade. E já nos anos 1960, em nível mundial, mas a partir do final dos anos 1970, com o Pacto Andino e a América Latina, chegaram à conclusão de que esse aperto da porca com o apoio financeiro do “eu te empresto dinheiro, mas você faz isso” não era forte o suficiente e começaram a introduzir uma série de leis. No início, leis aparentemente brandas, mas depois, cada vez mais brutais e punitivas.

As primeiras leis introduzidas foram as leis de certificação. Hoje em dia se diz, bom, mas certificação tem a ver com qualidade, certo? Não, na verdade é uma forma de privatização. Por quê? Porque exigia coisas da produção que só podem ser atendidas se houver sementes certificadas, ou seja, sementes compradas.

De onde veio a semente certificada? De laboratórios, porque sementes camponesas não podem ser certificadas. E por que elas não podem ser certificadas? Porque as regras de certificação são projetadas especificamente para impedir que sementes camponesas sejam certificadas. Se tivéssemos outro sistema, as sementes camponesas poderiam ser certificadas, mas ele foi projetado de forma que isso não pode ser feito. Então as pessoas começaram a ficar cada vez mais expostas no campo a não conseguirem vender, a não conseguirem comercializar em grupo, a não conseguirem

cumprir o que se chamava de requisitos de “qualidade”, que não tinham nada a ver com qualidade, porque, por exemplo, se uma batata é maior ou menor não tem nada a ver com qualidade, é apenas o tamanho.

Lembro que no meu país tínhamos uma batata pequena, que era a batata mais gostosa que comíamos em todo o Chile, uma batata gostosa que desapareceu porque era pequena e não atendia aos requisitos de “qualidade” e comercialização impostos pelos governos.

Então eles aumentaram a pressão. Depois das leis de certificação, vieram as leis de marketing, as leis de sementes. E eles começaram a pressionar cada vez mais pessoas para aceitar as sementes de laboratório.

Esse processo não aconteceu sozinho. Foi um processo que foi acompanhado pelos processos de educação pública, que todos nós defendemos. Acredito que todos nós, e especialmente os mais velhos, lutamos pelo direito à educação porque é um direito fundamental, mas esse direito foi usado para manter as gerações mais jovens longe do campo. Naquela época havia ditados típicos: “Estude para não ser como seu pai”, “Deixe de ser burro, estude para poder ir para a cidade”, ou também “estude para saber fazer agricultura”.

Então, foram processos simultâneos. Por um lado, pressionar as pessoas a não terem suas sementes, mas, por outro lado, desvalorizar o que elas têm e o que sabem. Foi na mesma época que se disse que tudo o que se sabia sobre sementes no campo era superstição e coisas do tipo. E não foi bem assim. Era um conhecimento extraordinariamente sofisticado. E há como demonstrar quão sofisticado era esse conhecimento.

O processo de urbanização também teve algo a ver com isso, porque as pessoas na cidade foram informadas de que tudo tinha que ser igual, do mesmo tamanho, da mesma cor. Foi nessa época que foram criadas máquinas de triagem, por exemplo, de feijão. E o que essas máquinas faziam? Eles só selecionavam sementes com um certo formato, um certo tamanho e uma certa cor, e todo o resto era jogado fora, era lixo, era para os porcos. Quando na realidade todos nós sabemos que as variedades no campo são diversas, elas são heterogêneas, nem todas as sementes são iguais. E hoje sabemos que isso não é somente bom, mas é necessário para termos colheitas saudáveis e fortes, mas prevaleceu a ideia de que tudo igual e padronizado era melhor.

Mas, apesar das imensas campanhas, isso ainda não foi eficaz, as pessoas no campo, e especialmente as mulheres, não abandonaram ou negligenciaram suas sementes. Até o momento, estima-se que pelo menos um

terço e talvez perto da metade das sementes que circulam no mundo sejam de origem camponesa. E a indústria, os grandes capitais monopolistas, transnacionais, dedicados à produção e venda de sementes, perceberam a imensa resistência e por isso agora não promovem mais nada de forma positiva, não vão tentar convencer, não se trata de empurrar, mas sim de partir direto para ameaças e punições.

De que forma a ameaça e o castigo são expressos hoje?

Nas leis de privatização chamadas leis de obtentor, que são conhecidas pela sigla: as leis UPOV. Em termos populares, no Chile nós as batizamos de “Leis Monsanto”, porque até poucos anos atrás a Monsanto era a que mais se beneficiava, agora nem tanto, porque existem outras empresas de sementes maiores. Essas são leis que buscam não apenas incentivar as pessoas a usar sementes industriais, mas também as proíbem de usar suas próprias sementes. E elas não só são proibidas como são punidas se decidirem continuar cultivando com suas próprias sementes, inclusive com prisão. No Japão, por exemplo, a primeira vez que você infringe essa lei você vai para a prisão por cinco anos, na segunda, por dez.

Então temos várias lutas centrais. A primeira é recuperar os processos populares coletivos que nos permitiram ser, em algum momento, povos do campo.

Retornar àquelas tarefas coletivas, àqueles processos coletivos que significam ter organização, ter identidade, processos de luta, de unidade, de coordenação. Se não voltarmos a ser povos e não meramente indivíduos, o capital continuará avançando sem nenhuma oposição significativa.

E a segunda, entender que temos que manter essas sementes contra todos os obstáculos que impuserem. E a principal garantia é que as sementes estejam nas mãos de muitos e de muitas.

Se esses processos históricos envolveram milhões, devemos voltar a ser milhões, milhões defendendo as sementes e milhões defendendo a agricultura camponesa e indígena. ✨

Transcrição e edição da apresentação de Camila Montecinos no Fórum: Novas Tecnologias. Ameaças para a Agricultura Familiar Camponesa e Indígena, Universidade Simón Bolívar, Quito, Equador, 24 de setembro de 2024.

Foto: Víctor Joshua Garita Rivera, Cartago, Costa Rica



“Nós não queremos apenas comer, nós queremos nos alimentar e alimentar com alimento saudável”

Povos das águas, dos campos e das florestas

13

ENTREVISTA COM JOSANA PINTO: ESTI REDONDO

Josana Pinto, mulher pescadora do Pará, na região amazônica do Brasil, nos conta sobre as ameaças e os desafios da pesca artesanal; os debates dos povos das águas no Brasil e no mundo, mas sobretudo, nos acerca às comunidades pesqueiras, às suas realidades, ao seu cotidiano, às suas identidades e à sua mística.

Ela pertence à Direção Nacional do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (MPP) e faz parte do Comitê Internacional do Fórum Mundial dos Povos Pescadores (World Forum of Fisher People ou WFFP).

“Sou Josana, sou uma mulher de 49 anos, mãe de duas moças e de um filho neto. Digamos que sou avó e mãe porque eu tenho um neto, que é filho do meu filho que partiu, e quando ele se foi deixou um bebê e somos nós quem criamos. Sou filha de camponeses, nasci e me criei na roça. Aos dezessete anos migrei pra pesca, vim morar numa outra comunidade bem distante da minha, casei com pescador e vim morar numa comunidade tradicionalmente pesqueira na qual vivo até hoje. Gosto de trazer minhas raízes da roça. O papai diz que quando afirmamos de onde viemos, nunca esquecemos quem somos, e assim ninguém conseguirá nos quebrar, porque nossas raízes estão afirmadas a partir da nossa história.”



Josana Pinto, retratada por Fellipe Abreu.



“Combater a aquicultura dizendo que não é a solução para o mundo, não é a solução para a pesca; a aquicultura ataca a pesca artesanal”

14

Como iniciou sua caminhada na luta pelos direitos dos povos que vivem da pesca?

Foi quando conheci o padre José Paulo, que era pároco do município da Diocese de Óbidos no Pará, e ele me apresentou ao Conselho Pastoral dos Pescadores. Fiz uma primeira viagem a Belém e lá conheci o MPP, em 2011. Antes disso, na minha comunidade, no período de 1993-2009, criamos um grande movimento que resultou num Acordo de Pesca no rio Amazonas, algo nunca visto antes. Disseram que eu era a primeira louca que tinha desafiado a criar um Acordo de Pesca no rio Amazonas, vários pescadores já tinham tentado e não tinham conseguido.

Os Acordos de Pesca são regras que as comunidades definem sobre como e o que querem pescar; dissemos com qual modelo que nós queríamos pescar. Não eram outros, não era governo, não era ninguém que vinha dizer como é que nós devíamos nos organizar, mas sim nós mesmos. Nesse acordo nós colocamos que cada pescador e cada pescadora tinha uma hora pra sair pra jogar o bordo, que a gente chama de lance, para poder dar pra todo mundo pescar, porque era um grande conflito e as pessoas estavam se ameaçando. Criamos esse acordo como forma de evitar os conflitos e deu certo; ficamos muito conhecidos por esse acordo. Criei

também muitas especulações e até criminalização, porque diziam que eu não deixava o pessoal pescar. Mas aí, com os documentos que nós tínhamos foi possível comprovar que tudo que nós estávamos fazendo era para evitar conflitos, e era uma forma de organização que eles não conheciam e que precisavam compreender. Conseguimos garantir esse acordo de pesca até hoje, muitos pescadores e muitas famílias têm aí a sua principal renda.

Voltando para minha história, em 2017, depois de eu já estar na Via Campesina, conheci o WFFP, e na sétima assembleia, em Deli, eu já saí como membro do Comitê de Coordenação. Permaneço ainda como uma das coordenadoras nacionais do MPP e também no comitê do Fórum. Estou na parte nacional e na internacional.

Você sempre destaca a importância de colocar a pesca nos debates sobre soberania alimentar e agroecologia.

Sim, sempre enfatizo a importância de trazer o quanto a pesca artesanal é importante na soberania alimentar como cultura, como tradição, como modo de vida, como alimentação saudável. Não é apenas a economia, é preciso que, principalmente os governos, compreendam que a pesca artesanal é muito importante para manter a soberania alimentar. Quantas comunidades no Brasil e no mundo sobrevivem diretamente da pesca em pequena escala, da pesca artesanal, dessa cultura milenar! É

importante caminhar junto às outras questões da soberania alimentar; nós também produzimos alimentos saudáveis. Não somente o peixe: pescadores e pescadoras também plantam, também colhem, também semeiam.

Vamos agora então caminhar desde o seu território, em Pará, até os territórios globais. Na várzea do rio Amazonas hoje, quais são as principais ameaças para a pesca artesanal?

A mineração é uma grande ameaça, pela contaminação do mercúrio e também pela poluição da água. Polui a água e polui os peixes.

Outra ameaça é a construção de portos para escoamento dos grãos da monocultura (principalmente a soja) que tem se intensificado muito. A Amazônia tem servido de espaço para grandes projetos, para complexos portuários, e isso traz uma ameaça aos territórios dos pescadores. O próprio envenenamento por conta dos agrotóxicos também nos ameaça.

Outra ameaça são as emergências climáticas, porque em muitos afluentes do rio Amazonas passamos por processos muito tristes pela grande estiagem e a cada ano essa estiagem é mais intensa. Deixou afluentes do rio Amazonas totalmente isolados, muitas comunidades na Amazônia isoladas, houve grande mortandade de peixe e houve a escassez de água. A mudança climática já aconteceu, estamos vivendo processos de emergência; os governos ainda não reconheceram isso e é preciso que o reconheçam.

Existe outra ameaça que tira o nosso sono: é a provável exploração de petróleo na região, que poderia causar um grande desastre ambiental e colocar a pesca num grande risco.



@Oaxacalifornia

A importância de trazer a pesca artesanal

na soberania alimentar como cultura, como tradição,

como modo de vida, como alimentação saudável.



Foto: Fellipe Abreu

Vai colocar a biodiversidade em risco, mas também a pesca artesanal. E, junto com isso, os parques eólicos, eles chamam de energia limpa e querem colocar tanto no mar quanto nas praias.

Imagino que muitas dessas ameaças também acontecem no nível global; e também talvez outras.

Em nível global eu olho também para a emergência climática porque em muitas regiões está acontecendo a seca e em outras, a cheia. Na 8ª Assembleia do Fórum Mundial, os vários continentes presentes apresentaram os desastres que têm sido as mudanças climáticas para a pesca artesanal.

Uma das principais ameaças para nós hoje é o comprometimento dos governos com a aquicultura de grande escala e o não comprometimento ou não compromisso deles com a pesca artesanal. No COF (Comitê da Pesca da FAO) ficou claro, nós queríamos falar da soberania alimentar,

queríamos falar dos vários conceitos do que representa a pesca artesanal; mas tiraram da pauta a pesca artesanal para falar só da aquicultura como potencial de grande escala para resolver o problema da fome no mundo.

Nós dissemos o seguinte: não nos preocupa a quantidade, nos preocupa a qualidade, porque nós não queremos apenas comer, nós queremos nos alimentar e alimentar com alimento saudável. Não queremos quantidade de peixes envenenados, queremos peixe de boa qualidade nas nossas mesas. É preciso que o governo dê atenção para isso.

Uma das principais ameaças à pesca artesanal é o avanço da aquicultura em grande escala, da carcinicultura, que tem destruído também os manguezais. Que destrói os cenários da reprodução das espécies para fazer grandes fazendas de criação de camarões e de peixes. No Brasil a grande epidemia tem sido a tilápia, muitos territórios dos pescadores ar-

tesanais estão sendo ameaçados por esse modelo capitalista. Digamos que o capital hoje é uma grande ameaça para nós.

O capitalismo tem avançado sobre nossos corpos, territórios. Falamos de corpos, territórios porque nossos territórios são sagrados. Não vemos nosso território apenas como terra e água, mas como espaço sagrado, como espaço de liberdade, como espaço que nós cultuamos a natureza, que nós adoramos tudo que nela tem e que nós respeitamos. O governo está ajudando nesse grande avanço do capitalismo sobre nossos corpos e, dentro desse avanço, a privatização: tirar o direito de chegar às águas.

Chamam de economia azul, mas é nada mais do que a privatização dos oceanos, a privatização dos mares, a privatização das praias, a privatização dos espaços de pesca artesanal. O que traz é justamente transformar espaço público, o espaço comum, em espaços privados, e isso tira totalmente a nossa autonomia.



Foto: Fellipe Abreu

Josana, você fala da importância do conceito ou a autoidentificação de “povos das águas”; não só considerar pescadores artesanais mas sim ter essa noção bem mais ampla. No Brasil já se fala dos povos dos campos, das águas e das florestas. Como essa denominação ajuda na luta dos povos pescadores?

Os povos das águas não são somente os pescadores artesanais porque também tem outros povos que nós chamamos de povos das águas que são ribeirinhos mas que não necessariamente são pescadores, que tem uma outra fonte de renda mas que também estão nesses territórios. *Povos das águas* vai para além da pesca artesanal.

Muitos são pescadores que só pescam para sua subsistência e não fazem pesca comercial; não apenas como economia, mas como cultura.

Sempre afirmamos que as políticas públicas que servem aos povos das águas, devem incluir os povos do cam-

po, da floresta e das águas, porque muitas das vezes estamos tanto no campo quanto na floresta e também nas águas. Não estamos em um único lugar, circulamos nesses diversos espaços no campo, na floresta e nas águas.

Diante de toda essa análise que você faz, das ameaças, da conjuntura; qual é a proposta política do MPP?

Primeiro, dizer que hoje o MPP está articulado em 23 estados. O nosso projeto político é a defesa dos territórios tradicionais pesqueiros. Lançamos uma campanha em 2012, de Projeto de Lei de Iniciativa Popular que está tramitando hoje no Congresso; buscamos o reconhecimento dos territórios tradicionais pesqueiros porque reconhecemos a importância que tem o território, mas o Estado também precisa reconhecer. Aplicamos a Convenção 169, que nos dá direito de consulta livre, prévia e informada de forma presencial, e buscamos que o Estado reconheça a importância não só dos bens materiais, mas também dos bens imateriais. Sonhamos com que seja aprovado e que tenhamos

esse reconhecimento garantido pelo Estado.

Como movimento nos enfocamos muito em buscar que o Estado reconheça os homens e as mulheres das águas como cidadãos de direito, da autoafirmação, do autoconhecimento, do autorreconhecimento dos seus territórios e da sua atividade.

No Brasil, vivemos um processo muito intenso de violação de direitos humanos. Em muitos territórios tradicionais pesqueiros temos vivido esse processo de violência tanto de forma institucional como também territorial. E muitas das vezes tem o apoio do Estado para que essas violências aconteçam.

Estamos focados também na formação política da nossa militância, não somente da coordenação, mas das bases. É preciso que a nossa base conheça a nossa história e a nossa luta para que consigamos, cada vez mais, ampliar esse movimento.

E visamos os espaços onde se discutem as políticas públicas. Queremos estar sempre presentes para poder falar, não falar pelo nosso povo mas falar por nós, a partir de nós mesmos, e a partir de tudo aquilo que acreditamos.

Muitos são pescadores que só pescam para sua subsistência e não fazem pesca comercial; não apenas como economia, mas como cultura.



Detalhe de um estabelecimento agroecológico e biofábrica na costa de Manabí, no Equador. Foto: Biodiversidad

Dentro das ferramentas ou processos de luta, iniciaram um Tribunal Popular. Como foi isso?

Primeiro foi lançado o Tribunal Popular da Economia Azul e aí fomos olhar a realidade, a gente não queria, não dava certo esse nome. Para sentir, para fazer a luta em defesa dos direi-

tos humanos, e para fazer denúncias a partir dos diversos territórios onde nós estamos sofrendo as violações, era preciso que englobasse tudo. Então, a partir de 2023 nós o denominamos Tribunal Popular Permanente dos Povos das Águas. O Tribunal é um grande instrumento de luta, além do

Projeto de Lei. Temos um grande sonho de fazer com que esse tribunal seja realizado em nível internacional.

Pegando essa última fala sua, vamos voltar para o âmbito internacional. Qual é então a proposta política do Fórum Mundial dos Povos Pescadores?

A partir da 8ª Assembleia, o grande compromisso do Fórum Mundial é defender a pesca artesanal e fazer uma campanha para combater a aquicultura dizendo que não é a solução para o mundo, não é a solução para a pesca; a aquicultura ataca a pesca artesanal. Também a questão da emergência climática, temos esse grande compromisso de fazer o debate e de estar nos espaços fazendo a defesa da pesca artesanal, mas falando sempre da questão das mudanças climáticas. É preciso fazer com que os vários espaços reconheçam e deem de fato a importância que precisa ser dada. ✂

Conceitos das lutas dos povos das águas

Economia azul. Nós, pescadores artesanais não fazemos parte da economia azul. A economia azul agravou os conflitos em nossos territórios e tem tirado a nossa liberdade, então, pra nós a economia azul ela não é algo que surge a partir da nossa compreensão. É algo imposto contra nossa vontade, invade nossa privacidade, nossa cultura, nosso modo de ser.

Acaparamento das águas. É a privatização dos nossos territórios. Tem se dado a partir desses mapeamentos das zonas costeiras onde o Estado delimita e impõe o seu próprio querer e não respeita a consulta às comunidades. Supõe a privatização dos oceanos.

Cercas nas águas. O acaparamento implica nas cercas construídas nas águas. Dizemos que elas têm que ser derrubadas, porque cercas nas águas não podem existir. Têm que ser derrubadas porque nos cercam aqui, cercam a nossa liberdade.

Aquicultura. Algo que escraviza o nosso povo porque está ferindo a nossa dignidade humana, está atingindo os nossos territórios, está trazendo várias formas de envenenamento. Envenena os rios e os leitos dos rios, e tem sido uma grande destruidora do meio ambiente. É algo muito predador, uma grande ameaça, uma grande inimiga para pesca artesanal.

Hidronegócio. São esses negócios que estão tomando conta dos mares, que estão tomando conta dos rios, que estão nesses espaços onde sempre foi predominante a pesca artesanal. É o capitalismo na água.

Agroecologia nas águas. É alimentação saudável, alimento não criado em laboratório. Para nós, a agroecologia nas águas representa a soberania alimentar dos povos, representa a liberdade, representa a cultura, representa o povo saudável. É algo que liberta nossas vidas, que nos traz

futuro e esperança; é essa sabedoria ancestral mas também é essa renovação que se dá a cada dia a partir dos conhecimentos. Busca o melhoramento e o cuidado das águas, de cuidar da biodiversidade, de cuidar do nosso corpo, de cuidar dos nossos territórios. É garantir a soberania alimentar a partir das águas, a partir dos povos das águas, dos campos e das florestas, das matas; mas, acima de tudo, é algo que renova e que pode garantir a saúde das futuras gerações.

Soberania alimentar. Afirmamos que não vai haver soberania alimentar se o Estado continuar destruindo os nossos rios, continuar fazendo queimadas, se continuar envenenando o solo e envenenando as águas. A soberania alimentar da pesca artesanal só vai se manter firme se o Estado respeitar e reconhecer os nossos territórios e deixar com que nós possamos continuar produzindo alimentos saudáveis a partir da pesca artesanal e não sendo criadores de peixes em cativeiro.

Segurança e Soberania alimentar

Direito a ser reclamado ou construção a ser realizada?

LEONARDO MELGAREJO

18

A ONU e a AESSIN estão propondo soluções da fome baseadas no mercado. Estas e outras organizações enxergam que as principais causas da fome são as mudanças climáticas, os conflitos armados, as crises econômicas e as crises sanitárias (como a Covid-19 e outras pandemias), além do desvio de recursos necessários à adequação/implementação de políticas includentes.

Em seu último relatório global sobre segurança alimentar e nutricional a ONU reconheceu a insuficiência das medidas atuais para atender o mais básico dos direitos que sustentam a vida humana: o acesso a uma alimentação adequada.

Em 2023, cerca de 735 milhões de pessoas passaram fome. Essas tragédias ocultas, que até 2017 vinham sendo reduzidas, hoje aumentam rapidamente. O agravamento se concentra na África, tem certa estabilidade na Ásia, e se reduziu na América Latina, graças à recuperação observada no Brasil devido às políticas adotadas nos dois primeiros anos do Governo Lula, que retiraram 24,4 milhões de pessoas do mapa da fome.

Em 2024 foi criada a Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza (AESSIN), apoiada hoje por mais de 160 países e que pretende estender para outras regiões ameaçadas

pela fome uma adaptação das ações bem-sucedidas no Brasil, que envolvem transferências de renda, ampliação na oferta de empregos e elevação real no poder de compra do salário, incluindo-se, portanto, entre as “soluções via mercado”.

Por sua efetividade, a ONU e a AESSIN estão propondo soluções da fome baseadas no mercado. Estas e outras organizações enxergam que as principais causas da fome são as mudanças climáticas, os conflitos armados, as crises econômicas e as crises sanitárias (como a Covid-19 e outras pandemias), além do desvio de recursos necessários à adequação/implementação de políticas includentes.

A ONU salienta que entre 2015 e 2019 cerca de 40% dos lucros multinacionais gerados em (e subtraídos de) cadeias produtivas indispensáveis às economias nacionais (e fundamentais para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) teriam sido transferidos para paraísos fiscais alimentando cirandas financeiras especulativas.

Esta realidade se repete de maneira objetiva nos territórios onde, independente da orientação discursiva do governo e às expensas de necessidades do mercado interno, as decisões de políticas estratégicas de desenvolvimento respondem aos interesses do agronegócio internacionalizado.

No Brasil, entre 1994 e 2024, recursos públicos subsidiados fizeram que a área ocupada por soja saltasse de 11,5 para 45,73 milhões de hectares, enquanto as lavouras de feijão, item essencial à cultura alimentar do país, encolhiam de 5,64 para 2,87 milhões de hectares. A opção pela soja



Sobre o barro vermelho.
Foto: Mario Olarte



frente a outros alimentos da cesta básica indica o equívoco de interpretações que ocultam as razões mais profundas da fome. Inerentes ao capitalismo e alimentadas pela insuficiência das medidas de curto prazo de “mercado”, essas opções atualizam um sistema colonial de rapina historicamente aplicado a regiões onde se concentram a miséria e a fome.

Segundo a FAO/ONU, a construção de segurança alimentar dependeria de contabilidades nacionais que envolvem fluxos de mercadorias pautados por relações de preços, em mercados concorrenciais submetidos ao interesse de transnacionais que controlam os preços e a distribuição de insumos e produtos.

Assim, a fome seria algo passível de correção através de estímulos para adotar mecanismos ampliadores da eficiência produtiva e comercial, que reduzam desperdícios e otimizem o uso dos recursos naturais.

Mas já sabemos que as manipulações de mercado explicam a presença de milhões de pessoas famintas e outro tanto obesas, por nutrição inadequada, quando a produção global de alimentos já superava o necessário para alimentar adequadamente uma população 20% superior à existente no planeta.

Não menos relevantes são o bloqueio de medidas destinadas a conter a queima de combustíveis fósseis, a privatização de serviços públicos de acesso à água, a mineração, o uso dos solos rurais e urbanos, e ao conhecimento, e todos os mecanismos de

tutela externa que constroem os índices de miséria vigentes em zonas de sacrifício que aumentam sem parar.

Há muitos argumentos demonstrando haver uma orientação doutrinária que amplia as desigualdades, as injustiças e a degradação de conceitos inerentes aos direitos humanos e ao combate à fome e à desnutrição.

Mesmo reconhecendo os avanços importantes observados no caso do Brasil, é insuficiente assumi-los como roteiro para globalizar a esperança e são necessárias novas abordagens e paradigmas.

Neste ponto, emerge o conceito de *soberania alimentar*.

Proposta pela Via Campesina, em 1996, a ideia de soberania alimentar reclama que os povos se organizem a ponto de controlar os mecanismos de acesso a uma alimentação adequada, saudável e de qualidade, respeitando as culturas alimentares e desenvolvendo práticas de base agroecológica respeitosas aos ecossistemas e aos bens naturais comuns. Trata-se do controle sobre as bases e as cadeias produtivas, respeitando a história, a cultura e as particularidades dos diferentes territórios.

Assim, a garantia de acesso aos direitos humanos em geral e à alimentação em particular, assumem uma dimensão política onde a população reivindica sua responsabilidade e participação direta, organizada regionalmente, sobre as decisões relacionadas à

Voltando para casa. Tlacoahuaya, Guerrero.
Foto: Mario Olarte

Assim, a fome seria algo passível de correção através de estímulos para adotar mecanismos ampliadores da eficiência produtiva e comercial, que reduzam desperdícios e otimizem o uso dos recursos naturais.

produção e à distribuição de alimentos. A soberania, neste sentido implica na autonomia dos povos, acesso a mecanismos de controle dos processos produtivos e seus fluxos. Envolve comunicação social, educação popular e gerenciamento comunitário das sementes, da água, dos insumos e da gestão territorial, entre outros bens comunitários que não podem ser confundidos com mercadorias nem serem apropriados individualmente.

Tratando-se de orientação oposta aos preceitos de mercado, a soberania extrapola aquele conceito de segurança alimentar adotado pela FAO/ONU, e utilizado como justificativa para disseminar lavouras transgênicas, tecnologias, práticas e conceitos aplicados ao desmonte das tradições camponesas, suas feiras, suas lógicas e canais de distribuição.

Em termos históricos, o princípio da soberania alimentar se apoia em iniciativas relacionadas à campanha *Sementes: Patri-mônio dos Povos a Serviço da Humanidade*, que com forte protagonismo da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) estabeleceu estratégias e vínculos entre organizações de mulheres do campo e das cidades, através de circuitos de produção e distribuição de alimentos.

No Brasil, neste rumo e com amplo protagonismo feminino, em 2002 foi criada a Articulação Nacional de Agroecologia. Em 2004 foi criada a Associação Brasileira de Agroecologia e, em 2011, os movimentos do campo lançaram a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida. Estes e outros passos assemelhados, em diferentes países, evoluíram para a construção coletiva de conhecimentos e na disseminação de práticas produtivas de base agroecológica para enfrentar o agronegócio em territórios dominados por corporações transnacionais. O intento é consolidar esta soberania e fortalecer tecnologias e formas de trabalho inerentes ao modo de vida das comunidades tradicionais.

Estes passos evidenciaram a importância de superar uma alienação programada, construída pelos interesses de mercado e explicitada na globalização de processos produtivos e distributivos de alimentos, com perseguição, criminalização e, eventualmente, eliminação física de lideranças envolvidas com o tema da soberania.

Afinal, a soberania implica em mudança nos paradigmas de produção e consumo, altera os hábitos e a cultura alimentar dominante – mas não apenas nos centros urbanos, a partir de onde os conceitos relacionados à soberania popular e opostos à cultura dominante se irradiam para os territórios rurais.

No rural, entre povos tradicionais, camponeses e agricultores familiares, a soberania alimentar é uma prática ancestral, e assim é compreensível a relevância de seus saberes e o empoderamento das mulheres que ali atuam sustentando aquelas tradições. Sua mobilização (valorizando as articulações em defesa do cuidado com a saúde), a forma de selecionar e preparar os alimentos condicionados ao meio ambiente, reafirma dimensões imateriais que se estendem à defesa da água, do território e dos corpos femininos, no interesse da humanidade

Este é o conceito de soberania. Abarca a emancipação dos territórios ameaçados pela violência que provém do patriarcalismo e dos avanços do sistema capitalista com nuances observadas no fascismo genocida que se expressa em Gaza e que ameaça o Brasil.

A soberania alimentar também luta pela reforma agrária e pelo desmascaramento de conceitos, insumos (como os agrotóxicos) e produtos (que não são alimentos) ultraprocessados, que em troca de reduzir o tempo direto de trabalho, ampliam as doenças e as necessidades de tratamento para populações afetadas pelo excesso de contaminantes.

É necessário apontar para políticas de estímulo à forma camponesa de produção. Para o fortalecimento das redes de “serviços ambientais ecossistêmicos” voltados à recuperação da fertilidade dos solos com a diversidade e a sinergia dos policultivos. A construção de soberania também envolve hortas urbanas, cozinhas coletivas e ativismo local, articuladas internacionalmente. Também é necessário implementar redes de comunicação social, escolas, mercados e agroindústrias sob controle popular, e formular/difundir e trocar conhecimentos e tecnologias coerentes com uma perspectiva de autonomia em defesa do metabolismo vital do planeta. ✿

Mapeando cultivos

Cinco anos levando aos olhos as histórias e saberes da FAE – Feira de Agricultores Ecologistas de Porto Alegre

DANI EIZIRIK

21

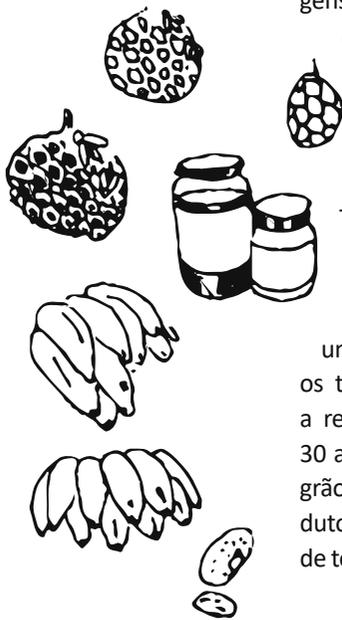


Em 2018, a comunidade de feirantes-agricultores da FAE se aproximava de seu aniversário de 30 anos. A Associação, junto a consumidores, desenhava a possibilidade de contar sua história através de um filme: as confluências que deram origem a FAE – Feira de Agricultores Ecologistas, ativa desde 1989 aos sábados de manhã na cidade de Porto Alegre. É considerada a maior e mais antiga feira regular de produtores ecologistas do continente (até onde temos notícia), e está ativa no extremo sul do território hoje ocupado pelo estado brasileiro. Naquele ano de 2018, formei parte da equipe do documentário que veio a se chamar *Mãos à Terra*. Ao iniciar as filmagens, naturalmente passamos a visualizar

as redes que surgiram em torno da Feira também através de desenhos: mapas de cultivos e territórios, distâncias, e mapas de coletivos e ações ao longo do tempo.

A partir da pergunta **quais histórias de vida habitam seu prato?** escutamos a comunidade feirante trazer histórias de vida individuais e sobretudo coletivas, cada quem com seu caminho de despertar a consciência. No mapeamento dos tempos, as confluências que deram origem à Feira se emaranham com a origem da própria resistência ecológica no RS. O surgimento do MST, de grupos como MMC – Movimento de Mulheres Camponesas, as Pastorais da Terra, Romarias, cooperativas como a Coolmeia (exemplo raro de cooperativa mista entre produção e

E no percorrer dos territórios de cultivo ecológico, viajando por microclimas, cada paisagem que costuradas em rede, configuram a variedade e sazonalidade dos alimentos que vemos na Feira.



consumo), são alguns dos grupos que têm suas origens misturadas com a história da Feira. E no percorrer dos territórios de cultivo ecológico, viajando por microclimas, cada paisagem que costuradas em rede, configuram a variedade e sazonalidade dos alimentos que vemos na Feira. Diante do desafio de traduzir sua constelação de saberes em imagem buscamos fazer de forma colaborativa, onde o visual conta com a participação da comunidade na sua elaboração, trocando esboços, afinando em conjunto quais variedades de alimentos seriam mais representativas de cada banca/território.

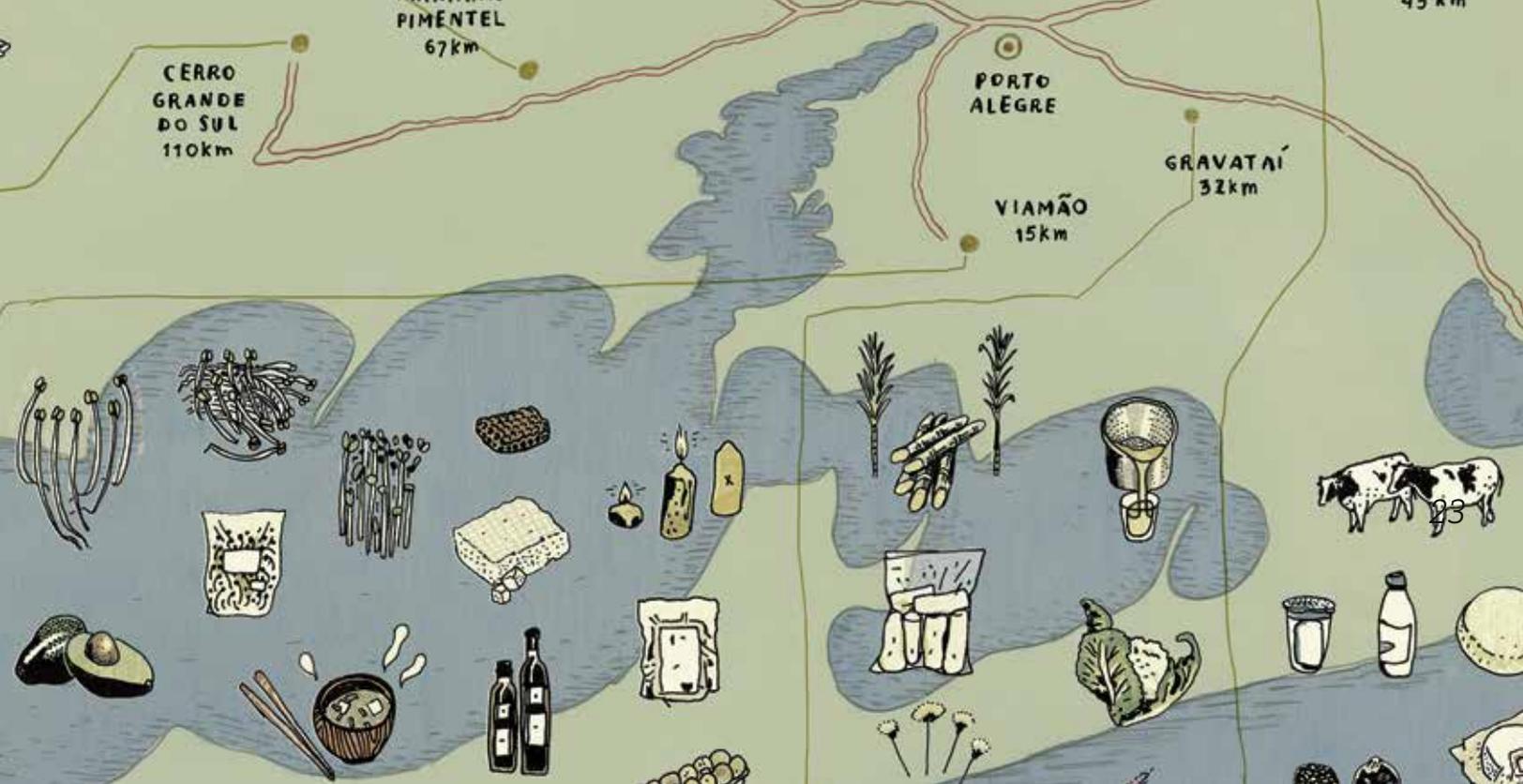
Em paralelo com entrevistas e filmagens, buscamos reacender a cultura gráfica que esteve viva no início da Feira, sobretudo nos anos da Coolmeia – que imprimia cartazes, jornais e informativos sobre alimentos, junto a outras frentes de luta ecológica – e da Tupambaé, festa-feira com três edições entre 1986 e 1988 e que deu impulso à FAE. A partir deste diálogo entre passado e presente, montamos um mapa visualizando pela primeira vez os territórios e as variedades cultivadas, a rede traçada na terra ao longo destes 30 anos. Cada região com suas sementes, grãos, raízes, folhas e verduras, junto a produtos beneficiados, formam uma espécie de teia. A tecitura foi traduzida graficamen-

te no impresso COSMOS-FAE-A feira e seu universo 2021 (disponível gratuitamente online), com o mapa do espaço na frente, e mapa de tempo no verso, contando histórias. O resultado traça uma visualização da territorialidade da Feira, onde pudemos por primeira vez ver a rede, seus caminhos e veredas de saberes. Levando em conta, isso sim, a temporalidade do registro, relembro as palavras coletivas transcritas do povo guarani mbya sobre seu uso do mapeamento:

“Os mapas que a gente fez são como uma foto de agora, porque a gente sabe que tudo pode mudar de um ano para outro. As nossas roças mudam de lugar. Porque é assim que a gente vive. Algumas famílias de outra aldeia se mudam de lá para cá. Outras famílias vão embora para outras aldeias. Até as nossas casas a gente muda de lugar de vez em quando. Então, foi assim que foram feitos os mapas, para mostrar como que tá agora, hoje, nossas aldeias, mas a gente sabe da continuidade da nossa caminhada. O mapa das coisas muda com o tempo.” (do texto *Por que estamos fazendo esse livro* – publicação Litoral Guarani – territórios e caminhos do povo guarani mbya no litoral norte do RS, autoria coletiva, AEPIM & Riacho, 2024)



Mapa coletivo de vínculos entre comunidades da região próxima à FAE. Desenho: Dani Eizirik & Mãos à Terra



Fragmento do mapa coletivo do impresso COSMOS-FAE-A feira e seu universo 2021. Desenho: Dani Eizirik & Mãos à Terra

O desenho participativo abriu espaços de diálogo através de rascunhos e consultas com a comunidade agricultora-feirante. Quando nos reunimos para construir juntos, cada dúvida ou história pode se tornar uma ponte entre gerações mais velhas e as mais novas, cruzando diferentes bagagens. O olhar agricultor de gente associada à ACERT, por exemplo, apontou a importância de diferenciar raízes como gengibre e açafraão da variedade chamada tupinambor – raiz rara e extremamente saborosa, também chamada de batata-girassol, que foi recuperada pelo banca na Feira. Ou o olhar do agricultor Ricardo Hattori, que pediu que os brotos que comercializam, quando desenhados, apresentassem também uma “aura luminosa”.

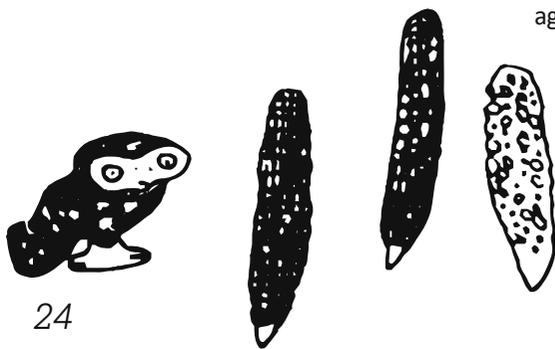
O mapa impresso foi lançado na própria Feira em 2021, como informativo e abertura de debate, juntando público e arte visual como agentes da oralidade, onde a sabedoria popular passa a navegar pelos mundos do registro em papel. O caminho da produção de conhecimento oral acaba demarcando seu espaço inclusive em meios acadêmicos. Vimos o mapeamento repercutir também em estudos sobre outras feiras (como *Atores, instituições sociais e os*

contramovimentos da agroecologia no Rio Grande do Sul: a construção social da Feira Ecológica do Menino Deus em Porto Alegre, apresentado por Alcía Ganzo para UFRGS em 2022). A partir desse cosmo, alinhamos as animações que compõem o filme *Mãos à Terra* (80 min., 2025).

O detalhe da Feira desenhada no cantinho do mapa acabou virando em serigrafia de bolsas e camisetas, reeditadas inúmeras vezes até virar presença constante na recente Banca do Meio, um espaço de troca de informação e cultura dentro da feira de alimentos. Sendo camiseta, caminha no peito das comunidades ligadas à Feira, costurando identidade, pertencimento e demarcação de narrativas. Nessa caminhada, alumbra-se encruzilhadas entre arte, memória da resistência e cultivos ecológicos, o mapeamento como ponte também para outros espaços e territórios.

Quando nos reunimos para construir juntos, cada dúvida ou história pode se tornar uma ponte entre gerações mais velhas e as mais novas, cruzando diferentes bagagens.





24

Na gravação do filme seguiram visitas aos territórios de produção dos alimentos ecológicos da FAE. Revelava uma cadeia agroalimentar juntando saúde entre campo e cidade, tornando visível uma diversidade riquíssima no raio de 300 km em torno da capital. Escutando as vozes por trás dos alimentos, percebemos que as tramas tecidas pela Feira eram um modelo ecológico para o abastecimento urbano. Bem como produtores e produtoras rurais ao longo dos anos encontram na FAE uma forma de se manterem saudáveis no campo, saindo da agricultura química “convencional”.

O território do sul do continente vive uma guerra de narrativas. Enquanto ressaltamos a beleza da resistência ecológica, mostramos como essas terras foram palco do surgimento da expansão da soja e do “pacote tecnológico” de sementes geneticamente modificadas, maquinário e latifúndios. A cidade de Porto Alegre teve como símbolo e estátua de entrada a figura do Laçador – um homem, de bigodão, com um laço na mão, símbolo da pecuária. Mas com o filme e as escutas da Feira, defende-

Desenho: Dani Eizirik & Mãos à Terra

mos a figura da rede de mulheres em defesa da agricultura orgânica, da sementeira, a imagem circular e coletiva, do cuidado com as sementes crioulas e a recuperação da biodiversidade ameaçada pelo boi.

Muitos dos territórios visitados nas filmagens foram brutalmente impactados pela enchente de 2024, sobretudo o Assentamento Integração Gaúcha, em Eldorado do Sul, palco central da história contada no documentário. A agricultura ecológica se mostra como poderoso aliado dos ecossistemas, um modelo para regeneração das matas e solo após a enchente. Como diz o agricultor arroteiro Juárez Pereira, “nós fazemos muito mais que venda de produto: nós temos um esboço da sociedade que queremos.”

Após seis anos do início das filmagens, o documentário *Mãos à Terra* vem se concluindo em 2025, semeando outras imagens pelo caminho. Durante a finalização da montagem, retornamos a alguns territórios para audições do filme junto à comunidade agricultora, com públicos ligados à resistência ecológica de outros lados, provocando discussões e perspectivas para o futuro. Para além do circuito de cinema, acreditamos na circulação dessa narrativa em outros territórios ligados à luta e despertar da consciência, abrindo a janela para grupos que tenham interesse em organizar uma sessão na sua comunidade.

A agricultura ecológica de base popular, junto com a demarcação de terras indígenas e quilombolas, o apoio às retomadas e cuidados de floresta, apresenta um caminho possível para a regeneração dos impactos do capitalismo colonial que assombra o continente. A arte e a narrativa são uma das muitas pontes entre a ação direta e os corações desavisados. Afinal, quantas histórias de vida habitam o prato de comida que você comeu hoje? 🌱



Para mais informações e acesso ao mapa em alta resolução, visite: <https://www.maosaterra.com/>
Para organizar uma audição do filme *Mãos à Terra* em sua comunidade, escreva para: docmaosaterra@gmail.com

A revista *Biodiversidad, sustento y culturas* em versão digital, em espanhol, está disponível em:
www.grain.org/biodiversidad e em www.biodiversidadla.org/Revista

A Alianza Biodiversidad também produz Biodiversidad en América Latina:
<http://www.biodiversidadla.org>

A Alianza atualmente é composta por movimentos e organizações chave que trabalham ativamente estes temas na região:

Acción Ecológica, Equador (<http://www.accionecologica.org>)

Asociación Nacional de Fomento a la Agricultura Ecológica (Anafae), Honduras (www.anafae.org
e www.redanafae.com)

BASE-IS, Paraguai (<http://www.baseis.org.py/>)

Campaña Mundial de la Semilla de La Vía Campesina América Latina (<http://www.viacampesina.org>)

Centro Ecológico, Brasil (<http://m.centroecologico.org.br/>)

CLOC - Coordinadora Latino-americana de Organizaciones do Campo (<http://www.cloc-viacampesina.net/>)

Colectivo por la Autonomía - COA, México (<http://colectivocoa.blogspot.com/>)

GRAIN (<http://www.grain.org>).

Grupo ETC, México (<http://www.etcgroup.org>)

Grupo Semillas, Colômbia (<http://www.semillas.org.co>)

REDES - Amigos de la Tierra, Uruguai (<http://www.redes.org.uy>)

Red de Coordinación en Biodiversidad, Costa Rica (<http://redbiodiversidadcr.info/>)

Sites temáticos:

<http://www.farmlandgrab.org/> e <http://www.bilaterals.org/>

A Alianza Biodiversidad convida a todas as pessoas interessadas em defender que a biodiversidade permaneça nas mãos dos povos e comunidades a apoiar seu trabalho de articulação. Os fundos arrecadados através das doações se destinarão a fortalecer os circuitos de distribuição da revista *Biodiversidade, sustento e culturas*, assim como sua impressão nos diferentes países em que trabalha a Alianza. Os convidamos a colaborar acessando a página: http://www.biodiversidadla.org/Principal/Secciones/Campanas_y_Acciones/DONAR_-_Alianza_Biodiversidad

Biodiversidade, sustento e culturas é uma revista trimestral (quatro números por ano). A versão eletrônica é distribuída gratuitamente para todas as organizações populares, ONGs, instituições e pessoas interessadas.

Para recebê-la em formato digital, favor enviar um e-mail com sua solicitação para:

Henry Picado
rbcostarica@gmail.com



acción
ecológica

